

Roberto Moreira de Almeida

Curso de **Direito Eleitoral**

14^a
edição

revista, atualizada
e ampliada

2020

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUESTÕES.....	33	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	66
CAPÍTULO I		4.1. Questões extras.....	68
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL ...	43	5. GABARITO	69
1.1. Conceito de Direito Eleitoral	43	CAPÍTULO II	
1.2. Objeto	43	NACIONALIDADE	75
1.3. Taxonomia e autonomia	44	1. NACIONALIDADE	73
1.4. Fontes	45	1.1. Conceito.....	73
1.4.1. Fontes diretas.....	45	1.2. Distinção entre nacionalidade e cidadania	73
1.4.2. Fontes indiretas.....	47	1.3. Termos jurídicos relacionados à nacionalidade	73
1.5. Codificações eleitorais	52	1.3.1. Povo	73
1.6. Competência legislativa	53	1.3.2. População.....	74
1.7. Princípios do Direito Eleitoral	54	1.3.3. Nação.....	74
1.7.1. Conceito de princípio	54	1.3.4. Estado.....	74
1.7.2. Princípios do Direito Eleitoral em espécie	54	1.4. Espécies de nacionalidade	74
1.7.2.1. Princípio da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral	54	1.4.1. Nacionalidade originária	74
1.7.2.2. Princípio da celeridade	57	1.4.2. Nacionalidade derivada	74
1.7.2.3. Princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais	58	1.5. Critérios para a obtenção da nacionalidade originária	74
1.7.2.4. Princípio da lisura das eleições ou da isonomia de oportunidades	58	1.5.1. Critério do jus soli (local do nascimento).....	74
1.7.2.5. Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos.....	59	1.5.2. Critério do jus sanguinis (fator sanguíneo).....	74
2. SINOPSE.....	61	1.6. Critérios adotados pelo Brasil.....	74
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	62	1.7. Nacionalidade derivada	75
3.1. Informativos	62	1.7.1. Noção	75
3.2. Jurisprudência selecionada.....	64	1.7.2. Requisitos para a aquisição da nacionalidade derivada no Brasil.....	75
		1.7.3. Situação jurídica dos portugueses residentes no Brasil	76

1.8. Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados	77	1.3.2.2. Condições de elegibilidade ...	99
1.8.1. Tratamento diferenciado para a ocupação de certos cargos (CF, art. 12, § 3º)	77	1.3.3. Inelegibilidade	104
1.8.2. Tratamento diferenciado para o exercício de funções relevantes	77	1.3.3.1. Conceito	104
1.8.3. Tratamento diferenciado para a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão de sons e imagens	78	1.3.3.2. Casos de inelegibilidade	105
1.8.4. Tratamento diferenciado para a extradição	78	1.3.3.3. Desincompatibilização	138
1.9. Perda da nacionalidade	79	1.3.3.3.1. Conceito	138
1.9.1. Perda da nacionalidade por exercício de atividade nociva ao interesse nacional (CF, art. 12, § 4º, I)	79	1.3.3.3.2. Finalidade	139
1.9.2. Perda por aquisição voluntária de outra nacionalidade	79	1.3.3.3.3. Heterodesincompatibilização e autodesincompatibilização	139
1.10. Vocabulário	79	1.3.3.3.4. Desincompatibilização definitiva e temporária	139
2. SINOPSE	79	1.3.3.3.5. Tabela resumo de desincompatibilização	140
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	81	1.3.4. Reelegibilidade	140
3.1. Informativos	81	1.3.4.1. Conceito	140
3.2. Jurisprudência selecionada	82	1.3.4.2. Hipóteses constitucionais	140
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	84	1.3.5. Privação dos direitos políticos	142
4.1. Questões extras	86	1.3.5.1. Introdução	142
5. GABARITO	87	1.3.5.2. Hipóteses legais	142
CAPÍTULO III		1.3.6. Direitos políticos dos militares	146
DIREITOS POLÍTICOS	93	1.3.7. Direitos políticos dos magistrados	148
1. DIREITOS POLÍTICOS	91	1.3.8. Direitos políticos dos membros de Tribunais de Contas	148
1.1. Conceito	91	1.3.9. Direitos políticos dos membros do Ministério Público	148
1.2. Democracia	92	1.4. Político Ficha Limpa	149
1.3. Modalidades	95	1.4.1. Origem	149
1.3.1. Direitos políticos ativos (capacidade eleitoral ativa)	95	1.4.2. Legislação	150
1.3.1.1. Conceito	95	1.4.3. Aplicabilidade imediata	150
1.3.1.2. Sufrágio	95	1.4.4. Efeito suspensivo	155
1.3.2. Direitos políticos passivos (capacidade eleitoral passiva)	99	1.4.5. Aditamento recursal	156
1.3.2.1. Conceito	99	1.4.6. Elegibilidade mantida	156
		1.4.7. Quadro resumido	158
		2. SINOPSE	160
		3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	162
		3.1. Súmulas STF	162
		3.2. Súmulas TSE	162

3.3. Informativos	165	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	239
3.4. Jurisprudência selecionada.....	179	3.1. Súmulas do TSE	239
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	183	3.2. Informativos	239
4.1. Questões extras.....	194	3.3. Jurisprudência selecionada.....	257
5. GABARITO	197	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	258
CAPÍTULO IV		4.1. Questões extras.....	265
PARTIDOS POLÍTICOS	205	5. GABARITO	267
1. PARTIDOS POLÍTICOS	207	CAPÍTULO V	
1.1. Conceito.....	207	JUSTIÇA ELEITORAL	261
1.2. Natureza jurídica	210	1. JUSTIÇA ELEITORAL	273
1.3. Finalidade	212	1.1. Origem	273
1.4. Sistemas partidários.....	212	1.2. Garantias e vedações da	
1.5. Regramento constitucional.....	213	magistratura em geral e da	
1.6. Autonomia partidária	216	magistratura eleitoral.....	273
1.7. Recursos do Fundo Partidário e		1.2.1. Garantias	273
propaganda gratuita no rádio e na TV.....	217	1.2.1.1. Vitaliciedade	273
1.7.1. Fundo Partidário	218	1.2.1.2. Inamovibilidade	274
1.7.2. Acesso gratuito ao rádio e à		1.2.1.3. Irredutibilidade de subsídio ..	274
televisão	222	1.2.2. Vedações	274
1.8. Atuais partidos políticos brasileiros	223	1.2.2.1. Exercer, ainda que em	
1.9. Infidelidade partidária por fixação		disponibilidade, outro cargo ou	
jurisprudencial.....	227	função, salvo uma de magistério	274
1.9.1. Noções gerais	227	1.2.2.2. Receber, a qualquer	
1.9.2. Constitucionalidade da		título ou pretexto, custas ou	
Resolução TSE nº 22.610/07.....	231	participação em processo, bem	
1.9.3. Legitimidade ativa e prazo		como auxílios ou contribuições	
para a propositura da ação.....	231	de pessoas físicas, entidades	
1.9.4. Tutela antecipada.....	232	públicas ou privadas, ressalvadas	
1.9.5. Hipóteses de justa causa	232	as exceções previstas em lei	275
1.9.6. Competência	233	1.2.2.3. Dedicar-se à atividade	
1.9.7. Atuação do Ministério Público		político-partidária e exercer a	
Eleitoral	233	advocacia no juízo ou tribunal	
1.9.8. Procedimento	233	do qual se afastou, antes	
1.9.9. Duração razoável do processo	235	de decorridos três anos do	
1.9.10. Vigência	236	afastamento do cargo por	
1.10. Infidelidade partidária por fixação		aposentadoria ou exoneração	275
legal	236	1.3. Organização da Justiça Eleitoral.....	277
2. SINOPSE.....	238	1.3.1. Introdução.....	277
		1.3.2. Tribunal Superior Eleitoral	277
		1.3.2.1. Posição topográfica.....	277

1.3.2.2. Composição	277	1.4.1. Ministério Público da União (MPU)	311
1.3.2.3. Competência	279	1.4.1.1. Chefia institucional	311
1.3.3. Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)	283	1.4.1.2. Ramos integrantes	312
1.3.3.1. Conceito	283	1.4.2. Ministério Público dos Estados.....	313
1.3.3.2. Organização	283	1.4.2.1. Chefia institucional	313
1.3.3.3. Competência	285	1.4.2.2. Órgãos integrantes.....	313
1.3.4. Juízes eleitorais	286	1.5. Garantias	314
1.3.4.1. Posição topográfica.....	286	1.5.1. Vitaliciedade.....	314
1.3.4.2. Competência.....	287	1.5.2. Inamovibilidade	314
1.3.5. Juntas Eleitorais.....	288	1.5.3. Irredutibilidade de subsídios	314
1.3.5.1. Posição topográfica.....	288	1.6. Vedações	314
1.3.5.2. Competência.....	289	1.6.1. O recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais.....	315
2. SINOPSE.....	289	1.6.2. O exercício da advocacia.....	315
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	291	1.6.3. Participar de sociedade comercial, na forma da lei	315
3.1. Súmulas STF	291	1.6.4. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério.....	315
3.2. Súmulas TSE	291	1.6.5. Exercer atividade político-partidária.....	316
3.3. Informativos	291	1.6.6. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.....	316
3.4. Jurisprudência selecionada.....	295	1.7. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	316
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	296	1.7.1. Origem.....	316
4.1. Questões extras.....	302	1.7.2. Composição.....	316
5. GABARITO	303	1.7.3. Atribuições	317
CAPÍTULO VI		1.7.4. Reclamações e representações	317
MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	309	2. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	317
1. MINISTÉRIO PÚBLICO.....	309	2.1. Conceito e princípios institucionais.....	317
1.1. Conceito.....	309	2.2. Organização	319
1.2. Princípios institucionais	309	2.2.1. Ministério Público Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral	319
1.2.1. Unidade.....	309	2.2.1.1. Atuação	319
1.2.2. Indivisibilidade	309		
1.2.3. Independência funcional	310		
1.3. Autonomia.....	311		
1.3.1. Autonomia funcional e administrativa.....	311		
1.3.2. Autonomia financeira	311		
1.4. Organização	311		

2.2.1.2. Atribuições	319	1.7.1.2. Inscrição	353
2.2.2. Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral	320	1.7.1.3. Deferimento	354
2.2.2.1. Atuação	320	1.7.2. Impugnações e recursos ao alistamento	355
2.2.2.2. Atribuições	321	1.7.3. Encerramento do alistamento	355
2.2.3. Ministério Público perante os Juízes e Juntas Eleitorais	321	1.8. Consequências do não alistamento	356
2.2.3.1. Atuação	321	1.9. Transferência, revisão, segunda via, cancelamento e exclusão	356
2.2.3.2. Atribuições	323	1.9.1. Transferência	356
2.3. Funções do Ministério Público Eleitoral segundo a doutrina	325	1.9.2. Revisão	358
2.3.1. Em ano sem eleição	325	1.9.3. Segunda via	359
2.3.2. Em ano eleitoral	326	1.9.4. Cancelamento e exclusão	360
2.4. Designação de promotores eleitorais ...	328	1.10. Fiscalização do alistamento	366
3. SINOPSE	330	1.11. Título eleitoral	366
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	332	2. SINOPSE	367
4.1. Informativos	332	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	369
4.2. Jurisprudência selecionada	337	3.1. Informativos	369
5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	338	3.2. Jurisprudência Seleccionada	370
5.1. Questões extras	340	4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	372
6. GABARITO	343	4.1. Questões extras	376
CAPÍTULO VII		5. GABARITO	378
ALISTAMENTO ELEITORAL	349	CAPÍTULO VIII	
1. ALISTAMENTO ELEITORAL	349	CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E REGISTRO DE CANDIDATURAS	383
1.1. Conceito e previsão legal	349	1. CONVENÇÃO PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS	383
1.2. Obrigatoriedade	349	1.1. Noção	383
1.3. Facultatividade	350	1.2. Espécies	383
1.4. Vedação	350	1.2.1. Convenção municipal	383
1.5. Direito de voto	351	1.2.2. Convenção regional	383
1.5.1. Obrigatoriedade	351	1.2.3. Convenção nacional	384
1.5.2. Facultatividade	351	1.3. Prazo	384
1.5.3. Vedação	351	1.4. Local das convenções	384
1.6. Domicílio eleitoral	351	1.5. Escolha de candidatos	384
1.7. Procedimento para o alistamento	352	1.6. Propaganda intrapartidária	385
1.7.1. Introdução	352	1.7. Coligações	385
1.7.1.1. Qualificação	353		

1.7.1. Conceito	385
1.7.2. Natureza jurídica	385
1.7.3. Denominação	386
1.7.4. Verticalização	386
1.7.5. Regramento legal	387
1.7.6. Quem representa a coligação	387
2. REGISTRO DE CANDIDATURAS	388
2.1. Introdução	388
2.2. Competência	388
2.3. Requisitos legais	388
2.4. Prazo	390
2.5. Quantidade de candidatos	390
2.5.1. Nas eleições majoritárias	391
2.5.2. Nas eleições proporcionais	391
2.6. Percentual mínimo de vagas para o sexo masculino e feminino nas eleições proporcionais	392
2.7. Identificação numérica dos candidatos	393
2.7.1. Nas eleições majoritárias	393
2.7.2. Nas eleições proporcionais	394
2.8. Variação nominal dos candidatos	394
2.9. Substituição de candidatos	395
2.10. Cancelamento de registro	397
2.11. Candidatura nata e candidatura avulsa	397
2.12. “Check list” da Justiça Eleitoral para o registro de candidaturas	400
3. SINOPSE	403
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	406
4.1. Súmulas do TSE	406
4.2. Informativos	408
4.3. Jurisprudência selecionada	415
5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	419
5.1. Questões extras	425
6. GABARITO	426

CAPÍTULO IX

PROPAGANDA POLÍTICA

1. PROPAGANDA POLÍTICA

1.1. Conceito de propaganda	431
1.2. Distinção entre propaganda eleitoral, propaganda intrapartidária e propaganda partidária	432
1.3. Princípios	433
1.3.1. Princípio da legalidade	433
1.3.2. Princípio da liberdade	433
1.3.3. Princípio da responsabilidade	434
1.3.4. Princípio da igualdade	435
1.3.5. Princípio da disponibilidade	435
1.3.6. Princípio do controle judicial da propaganda	435
1.4. Propaganda partidária	436
1.4.1. Previsão legal	436
1.4.2. Propaganda intrapartidária	436
1.5. Propaganda eleitoral	436
1.5.1. Introdução	436
1.5.2. Previsão legal	437
1.5.3. Prazo e propaganda antecipada ou extemporânea	437
1.5.4. Identificação e idioma (CE, art. 242; e Lei das Eleições, art. 36, § 4º)	438
1.5.5. Meios fiscalizatórios	439
1.5.6. Meios de veiculação de propaganda	439
1.5.6.1. Introdução	439
1.5.6.2. Outdoors	439
1.5.6.3. Imprensa escrita	440
1.5.6.4. Rádio e televisão	441
1.5.6.5. Debates	445
1.5.6.6. Pesquisas e testes pré- eleitorais	447
1.5.6.7. Internet	450
1.5.6.8. Outros meios de propaganda	452

1.6. Representação por propaganda eleitoral ilícita e direito de resposta	465
1.6.1. Representação por propaganda eleitoral ilícita	465
1.6.2. Direito de resposta.....	467
1.6.2.1. Introdução.....	467
1.6.2.2. Competência.....	467
1.6.2.3. Legitimação ativa e passiva	467
1.6.2.4. Prazo para o exercício	468
1.6.2.5. Procedimento	468
2. SINOPSE.....	472
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	474
3.1. Súmulas do TSE	474
3.2. Informativos	474
3.3. Jurisprudência selecionada.....	483
4. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	487
4.1. Questões extras.....	494
5. GABARITO	495
 CAPÍTULO X	
SISTEMAS ELEITORAIS, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO E MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO	
1. SISTEMAS ELEITORAIS.....	503
1.1. Noções prévias e conceito	503
1.2. Sistema majoritário	503
1.2.1. Conceito	503
1.3. Sistema proporcional	505
1.3.1. Conceito	505
1.3.2. Quociente Eleitoral (QE)	506
1.3.3. Quociente Partidário (QP)	507
1.3.4. Distribuição das sobras	508
2. COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO BRASILEIRO	510
2.1. Congresso Nacional (Parlamento da União)	510
2.1.1. Câmara dos Deputados	510
2.1.2. Senado Federal	512
2.2. Assembleias Legislativas (Parlamento dos Estados-membros).....	513
2.3. Câmara Legislativa (Parlamento do Distrito Federal).....	514
2.4. Câmara Municipal (Parlamento dos Municípios).....	514
3. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO	516
3.1. Introdução	516
3.2. Circunscrições eleitorais.....	516
3.2.1. O país (território nacional)	516
3.2.2. O território do Distrito Federal.....	516
3.2.3. O território dos Estados-membros	517
3.2.4. O território do Município	517
3.3. Zonas eleitorais (ZE)	517
3.4. Seções eleitorais.....	517
4. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO ...	519
4.1. Introdução	519
4.2. Mesas Receptoras	519
5. SINOPSE.....	521
6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	523
6.1. Súmulas do TSE	523
6.2. Informativos	523
6.3. Jurisprudência selecionada.....	526
7. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	532
7.1. Questões extras.....	536
8. GABARITO	538
 CAPÍTULO XI	
VOTAÇÃO, APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS, PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS	
1. VOTAÇÃO.....	543
1.1. Lugares de votação (CE, art. 135)	543
1.2. Sistema eletrônico de votação-	544

1.3. Sigilo e inviolabilidade do voto (CE, art. 103)	546	3.6.1.5. Incorporação às Forças Armadas	568
1.4. Folha eletrônica de votação (Lei nº 9.504/97, art. 62)	546	3.6.2. Vedações (CF, art. 154, i, “a” e “b”)	568
1.5. Procedimento da votação.....	546	3.6.2.1. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público	568
1.5.1. Providências preliminares (CE, art. 142)	546	3.6.2.2. Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público remunerado	568
1.5.2. Início dos trabalhos (CE, art. 143)	546	3.7. Perda do diploma	568
1.5.3. Prioridade na votação.....	548	4. SINOPSE.....	569
1.5.4. Horário de recebimento dos votos (CE, art. 144).....	549	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	570
1.5.5. Assinatura dos eleitores (Lei nº 7.332/85, art. 18)	550	5.1. Informativos	570
2. APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS.....	553	5.2. Jurisprudência Seleccionada	574
2.1. Introdução	553	6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	579
2.2. Competência (CE, art. 158)	557	6.1. Questões extras.....	584
2.3. A utilização das urnas eletrônicas	562	7. GABARITO	585
2.4. A proclamação dos resultados (proclamação dos eleitos)	563	CAPÍTULO XII	
3. DIPLOMAÇÃO.....	564	ABUSO DE PODER, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIOS E CONDUTAS VEDADAS	589
3.1. Conceito.....	564	1. ABUSO DE PODER	589
3.2. Natureza jurídica	564	1.1. Introdução	589
3.3. Prazo	565	1.2. Espécies de abuso de poder	590
3.4. Competência para diplomar	566	1.2.1. Abuso de poder econômico	590
3.4.1. Tribunal Superior Eleitoral	566	1.2.1.1. Conceito	590
3.4.2. Tribunal Regional Eleitoral	566	1.2.1.2. Limitação da influência do poder econômico.....	591
3.4.3. Junta Eleitoral	566	1.2.1.3. Sanções	591
3.5. Fiscalização da diplomação.....	566	1.2.2. Abuso de poder político	592
3.6. Prerrogativas e vedações a partir da diplomação	567	1.2.2.1. Conceito	592
3.6.1. Prerrogativas (CF, art. 53)	567	1.2.2.2. Limitação da influência do poder político	592
3.6.1.1. Foro privilegiado por prerrogativa de função	567	1.2.2.3. Sanções	593
3.6.1.2. Prisão.....	567	1.2.3. Abuso de poder no uso dos meios de comunicação social	593
3.6.1.3. Sustação de processo penal	567		
3.6.1.4. Facultatividade de prestar testemunho	568		

1.2.3.1. Conceito	593	3.3.5. Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).....	606
1.2.3.2. Limitação do poder dos meios de comunicação social	594	3.3.6. Revisão geral de remuneração de servidores públicos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VIII)	607
1.2.3.3. Sanções	596	3.3.7. Realização de movimentação de pessoal (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. V)	608
2. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO.....	598	3.3.8. Realização de transferência voluntária de recursos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “a”)	609
2.1. Conceito.....	598	3.3.9. Publicidade institucional (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “b”, art. 73, inc. VII e art. 74)	610
2.2. Origem.....	598	3.3.10. Pronunciamento em cadeia de rádio e TV (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “c”)	611
2.3. Previsão legal.....	598	3.3.11. Contratação de shows artísticos (Lei nº 9.504/97, art. 75).....	612
2.4. Elementos configuradores da captação ilícita de sufrágio.....	599	3.3.12. Inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77)	612
2.4.1. A prática de uma conduta punível	599	3.4. Sanções legais.....	614
2.4.2. A legitimidade da conduta	599	3.5. Procedimento legal	616
2.4.3. A finalidade	600	4. SINOPSE.....	616
2.4.4. O lapso temporal	600	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	617
2.5. Sanções.....	601	5.1. Súmulas do TSE	617
2.5.1. Multa	601	5.2. Informativos	618
2.5.2. Cassação do registro ou do diploma	601	5.3. Jurisprudência Seleccionada	626
2.5.3. Inelegibilidade	601	6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	629
2.6. Procedimento legal	602	6.1. Questões extras	633
3. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA	602	7. GABARITO	635
3.1. Introito	602	CAPÍTULO XIII	
3.2. Previsão legal.....	603	POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL, CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	641
3.3. Rol de condutas vedadas	603	1. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL.....	641
3.3.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos ou coligações (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. I)	603	1.1. Introdução	641
3.3.2. Utilização de materiais e serviços custeados por governos ou casas legislativas (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. II).....	604	1.2. Polícias judiciárias.....	641
3.3.3. Utilização de servidores públicos em campanha durante o horário de expediente (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III).....	605	1.2.1. Polícia judiciária da União.....	641
3.3.4. Utilização promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. IV)	605		

1.2.2. Polícia judiciária estadual	641	3.5.2. Princípios	663
1.3. Polícia judiciária incumbida de apurar a prática de crimes eleitorais	642	3.5.2.1. Obrigatoriedade (legalidade)	663
1.4. Apuração dos crimes eleitorais.....	642	3.5.2.2. Indisponibilidade (indesistibilidade).....	663
1.4.1. Polícia Judiciária Eleitoral.....	642	3.5.2.3. Indivisibilidade	663
1.4.2. Notícia-crime eleitoral	642	3.5.2.4. Oficialidade	663
1.4.3. Inquérito policial (IPL) e termo circunstanciado de ocorrência (TCO) eleitoral.....	644	3.5.3. A denúncia	664
1.4.4. Prisão em flagrante e liberdade provisória com ou sem fiança	645	3.5.3.1. Conceito	664
2. CRIMES ELEITORAIS.....	646	3.5.3.2. Requisitos.....	664
2.1. Conceito.....	646	3.5.3.3. Prazos	664
2.2. Natureza jurídica	646	3.6. Procedimento processual penal eleitoral.....	664
2.3. Classificação das infrações penais eleitorais	646	3.6.1. Introito.....	664
2.3.1. Crimes eleitorais contidos no Código Eleitoral (arts. 289 a 354)	648	3.6.2. Competência	665
2.3.2. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 (fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição)	655	3.6.2.1. Regra geral	665
2.3.3. Crimes eleitorais na Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Inelegibilidades)	657	3.6.2.2. Competência funcional por prerrogativa de função.....	665
2.3.4. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições)	658	3.6.2.3. Competência pela prática de crime eleitoral por menores de 18 anos de idade.....	668
3. PROCESSO PENAL ELEITORAL.....	660	3.6.2.4. Competência pela prática de crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida	669
3.1. Conceito.....	660	3.7. Rito processual por crime eleitoral.....	669
3.2. Condições da ação penal eleitoral.....	661	3.7.1. Procedimento criminal eleitoral da primeira instância	669
3.2.1. Legitimidade “ad causam” (legitimação para agir)	661	3.7.1.1. Procedimento criminal previsto no Código Eleitoral.....	669
3.2.2. Interesse de agir.....	661	3.7.1.2. Procedimento criminal previsto após o advento da Lei nº 11.790, de 20 de junho de 2008	671
3.2.3. Possibilidade jurídica do pedido....	662	3.7.1.2.1. Procedimento comum ordinário.....	672
3.3. Classificação das ações penais em geral	662	3.7.1.2.2. Procedimento comum sumário.....	675
3.4. Classificação das ações penais eleitorais	662	3.7.1.2.3. Procedimento comum sumaríssimo	676
3.5. Ação penal pública eleitoral.....	662	3.7.2. Procedimento criminal eleitoral da segunda instância (Tribunal Regional Eleitoral).....	677
3.5.1. Conceito	662		

4. REVISÃO CRIMINAL ELEITORAL (RCE).....	679
4.1. Previsão legal.....	679
4.2. Natureza jurídica	679
4.3. Cabimento.....	679
4.4. Efeitos	679
4.5. Prazo	679
4.6. Forma de interposição e resultado.....	679
5. SINOPSE.....	680
6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	682
6.1. Súmulas do TSE	682
6.2. Informativos	682
6.3. Jurisprudência selecionada.....	696
7. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	700
7.1. Questões extras.....	707
8. GABARITO	709
 CAPÍTULO XIV	
AÇÕES CONSTITUCIONAIS E AÇÕES	
ESPECIAIS ELEITORAIS.....	
1. MANDADO DE SEGURANÇA	717
1.1. Conceito.....	717
1.2. Espécies	717
1.3. Natureza jurídica	717
1.4. Previsão	717
1.5. Origem.....	718
1.6. Objeto.....	718
1.7. Requisitos específicos	718
1.8. Partes legitimadas.....	719
1.9. Procedimento.....	720
1.10. O mandado de segurança em matéria eleitoral.....	722
2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO ..	723
2.1. Conceito.....	723
2.2. Previsão legal e origem	723
2.3. Objeto	723
2.4. Legitimados ativos	723
2.5. Pressupostos	724
2.6. Coisa julgada.....	724
2.7. Mandado de segurança coletivo em matéria eleitoral.....	724
3. HABEAS DATA	726
3.1. Conceito.....	726
3.2. Origem e previsão	726
3.3. Natureza jurídica	726
3.4. Finalidade	727
3.5. Cabimento e competência.....	727
3.6. Legitimidades ativa e passiva	728
3.6.1. Legitimidade ativa.....	728
3.6.2. Legitimidade passiva.....	728
3.7. Habeas Data em matéria eleitoral.....	728
4. MANDADO DE INJUNÇÃO	
INDIVIDUAL E COLETIVO.....	729
4.1. Conceito.....	729
4.2. Objeto e previsão legal	729
4.3. Requisitos e competência.....	729
4.3.1. Requisitos	729
4.3.2. Competência	730
4.4. Legitimidades ativa e passiva	730
4.4.1. Legitimidade ativa.....	730
4.4.2. Legitimidade passiva.....	732
4.5. Efeitos	732
4.6. Mandado de injunção em matéria eleitoral.....	733
5. HABEAS CORPUS.....	736
5.1. Conceito.....	736
5.2. Espécies	736
5.3. Legitimidades ativa e passiva	736
5.3.1. Legitimidade ativa.....	736
5.3.2. Legitimidade passiva.....	736
5.4. Cabimento	736
5.5. Prazo	737

5.6. O <i>habeas corpus</i> no Direito Eleitoral	737	8.9.2. Legitimidade passiva.....	756
6. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	738	8.10. Rito processual	757
6.1. Previsão legal.....	738	8.11. Peculiaridades	757
6.2. Finalidade	738	9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL (ARE)	758
6.3. Legitimidade	739	9.1. Conceito.....	758
6.3.1. Ativa.....	739	9.2. Previsão legal.....	758
6.3.2. Passiva	740	9.3. Natureza jurídica	758
6.4. Prazos (LC n.º 64/90, art. 3.º)	741	9.4. Legitimidade ativa	759
6.5. Competência	741	9.5. Cabimento	759
6.6. Procedimento.....	742	9.6. Competência	759
7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE).....	748	9.7. Prazo de interposição.....	760
7.1. Conceito.....	748	9.8. Competência	760
7.2. Previsão legal.....	748	9.9. Peculiaridades	760
7.3. Prazo	749	10. RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO (RCD).....	760
7.4. Legitimidades ativa e passiva	749	10.1. Noção prévia	760
7.4.1. Legitimidade ativa.....	749	10.2. Natureza jurídica	761
7.4.2. Legitimidade passiva.....	750	10.3. Previsão legal.....	761
7.5. Competência	750	10.4. Competência para julgar o recurso	761
7.6. Causa de pedir.....	750	10.5. Prazo de interposição.....	762
7.7. Rito processual	751	10.6. Cabimento	762
7.8. Peculiaridades	753	10.7. Legitimidades ativa e passiva	763
8. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME)	754	10.7.1. Legitimidade ativa.....	763
8.1. Conceito.....	754	10.7.2. Legitimidade passiva	763
8.2. Previsão legal.....	754	10.8. Procedimento.....	764
8.3. Natureza jurídica	754	10.9. Peculiaridades	765
8.4. Origem.....	754	11. REPRESENTAÇÃO OU RECLAMAÇÃO POR INFRINGÊNCIA À LEI DAS ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97).....	765
8.5. Fundamento	754	11.1. Previsão legal.....	765
8.6. Finalidade	754	11.2. Competência	765
8.7. Prazo de interposição.....	755	11.3. Legitimidade.....	766
8.8. Competência	755	11.4. Procedimento.....	766
8.9. Legitimidades ativa e passiva	755	11.5. Peculiaridades	767
8.9.1. Legitimidade ativa.....	755	12. SINOPSE.....	768

13. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA .. 772	
13.1. Súmulas do STF	772
13.2. Súmulas do TSE	774
13.3. Informativos	774
13.4. Jurisprudência Seleccionada	785
14. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS . 793	
14.1. Questões extras.....	798
15. GABARITO 800	
CAPÍTULO XV	
RECURSOS ELEITORAIS 805	
1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS 805	
1.1. Conceito de recursos.....	805
1.2. Finalidade	808
1.3. Fundamento.....	808
1.4. Características	809
1.5. Classificação	809
1.5.1. Quanto ao objeto tutelado.....	809
1.5.1.1. Recursos ordinários ou normais.....	809
1.5.1.2. Recursos extraordinários ou especiais.....	810
1.5.2. Quanto ao fim pretendido.....	810
1.5.2.1. Reforma.....	810
1.5.2.2. Invalidação	810
1.5.2.3. Esclarecimento ou integração.....	810
1.5.3. Quanto à extensão da matéria	810
1.5.3.1. Recurso parcial.....	810
1.5.3.2. Recurso total	810
1.5.4. Quanto à fundamentação	811
1.5.4.1. Recurso de fundamentação livre ou ilimitada	811
1.5.4.2. Recurso de fundamentação vinculada ou limitada.....	811
1.5.5. Quanto à fonte	811
1.5.5.1. Recursos constitucionais	811
1.5.5.2. Recursos legais	811
1.5.5.3. Recursos regimentais.....	811
1.6. Efeitos	811
1.6.1. Efeito devolutivo	812
1.6.2. Efeito suspensivo	812
1.6.3. Efeito extensivo	812
1.6.4. Efeito regressivo	812
1.6.5. Efeito translativo	813
1.6.6. Efeito substitutivo	813
1.7. Princípios	813
1.7.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	813
1.7.2. Princípio da taxatividade	813
1.7.3. Princípio da singularidade (unirrecorribilidade).....	814
1.7.4. Princípio da fungibilidade	814
1.7.5. Princípio da vedação da “reformatio in pejus”	814
1.7.6. Princípio da voluntariedade	815
1.7.7. Princípio da lesividade	816
1.7.8. Princípio da personalidade	816
1.8. Juízo de admissibilidade (juízo de prelibação).....	816
1.9. Pressupostos gerais recursais	816
1.9.1. Pressupostos subjetivos	816
1.9.2. Pressupostos objetivos	817
1.10. Renúncia e desistência do recurso	819
1.10.1. Desistência	819
1.10.2. Renúncia.....	821
2. ESPÉCIES RECURSAIS ELEITORAIS 821	
2.1. Recursos contra decisões dos Juízes Eleitorais	821
2.1.1. Apelação criminal eleitoral ou recurso eleitoral criminal (REC)	822
2.1.2. Recurso em sentido estrito (RESE).....	823
2.1.3. Recurso inominado eleitoral	824

2.2. Recursos contra decisões das Juntas Eleitorais	825
2.2.1. Introdução	825
2.2.2. Recurso parcial	825
2.3. Recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais	827
2.3.1. Recurso parcial	827
2.3.2. Recurso inominado eleitoral	828
2.3.3. Embargos de declaração	828
2.3.4. Recurso Especial Eleitoral	829
2.3.5. Recurso Ordinário Eleitoral (ROE)	831
2.3.6. Agravo de instrumento	832
2.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral	834
2.4.1. Recurso inominado	834
2.4.2. Embargos de declaração	834
2.4.3. Recurso extraordinário	835
2.4.4. Recurso ordinário constitucional (ROC)	837
2.4.5. Agravo de instrumento	838
3. SINOPSE	838
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	840
4.1. Súmulas do STF	840
4.2. Súmulas do TSE	840
4.3. Informativos	841
4.4. Jurisprudência selecionada	849
5. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	853
5.1. Questões extras	858
6. GABARITO	859
 CAPÍTULO XVI	
FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS	
863	
1. INTRODUÇÃO	863
2. FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS	863
2.1. Introito	863
2.2. Legislação aplicável	864
2.3. Origem dos recursos	865
2.3.1. Fontes de arrecadação permitidas	865
2.3.2. Fontes de arrecadação vedadas	868
2.4. Procedimento para o início da arrecadação e gastos de recursos	869
2.4.1. Pedido de registro de candidatura	869
2.4.2. CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	870
2.4.3. Conta bancária eleitoral	870
2.4.4. Obtenção dos recibos eleitorais	871
2.5. Gastos eleitorais	872
2.5.1. Introito	872
2.5.2. Data para início e término da arrecadação de recursos e realização de despesas	872
2.5.3. Elenco legal	873
2.5.4. Limitação de gastos de campanha	875
2.5.5. Sanções pela extrapolação do limite de gastos	876
2.6. Prestação de Contas de Campanhas	876
2.6.1. Quem deve prestar contas?	876
2.6.2. Qual o prazo para a prestação de contas final de campanha?	877
2.6.3. Há previsão de prestação de contas parcial de campanha?	877
2.6.4. Acaso os candidatos ou partidos políticos não prestem contas no prazo legal, qual deverá ser o comportamento da Justiça Eleitoral?	877
2.6.5. Quais peças e documentos devem ser apresentados no momento da prestação de contas?	878
2.6.6. Como deve ser realizada a prestação de contas e encaminhada à Justiça Eleitoral?	880
2.6.7. Análise e Julgamento das Prestações de Contas	880
2.6.7.1. Procedimento	880
2.6.7.2. Julgamento	881
2.6.7.3. Recursos	881
2.6.7.4. Fiscalização	882
2.6.8. Resultado financeiro	882

2.6.9. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED) e Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	883	3.10. Tomada de Contas Especial (TCE)	903
2.6.9.1. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED)	883	3.10.1. Conceito	903
2.6.9.1.1. Previsão Legal	883	3.10.2. Regramento legal e competência	903
2.6.9.1.2. Legitimidade	883	4. SINOPSE	904
2.6.9.1.3. Competência	884	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	908
2.6.9.1.4. Prazo	884	5.1. Súmulas do TSE	908
2.6.9.1.5. Rito processual	886	5.2. Informativos	909
2.6.9.2. Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	887	5.3. Jurisprudência Seleccionada	921
2.6.9.2.1. Previsão Legal	887	6. QUESTÕES DE EXAMES E CONCURSOS ...	926
2.6.9.2.2. Legitimidade	888	7. GABARITO	928
2.6.9.2.2.1. Legitimidade ativa	888	ANEXO I	931
2.6.9.2.2.2. Legitimidade passiva	889	Súmulas de jurisprudência do STF	931
2.6.9.2.3. Competência	889	Súmulas de jurisprudência do TSE	932
2.6.9.2.4. Prazo	890	ANEXO II	
2.6.9.2.5. Procedimento	890	PROGRAMA OFICIAL E 17 PROVAS DO CONCURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (CARGO: PROCURADOR DA REPÚBLICA)	937
2.6.9.2.6. Efeitos da decisão	890	PROGRAMA OFICIAL DO 29º CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE PROCURADOR DA REPÚBLICA	939
2.6.9.2.7. Recursos	891	17 PROVAS DE CONCURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (CARGO: PROCURADOR DA REPÚBLICA)	941
3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS	891	ANEXO III	
3.1. Legislação aplicável	891	QUADRO RESUMIDO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO	997
3.2. Prazo	892	ANEXO IV	
3.3. Competência	892	ALISTAMENTO ELEITORAL (RESOLUÇÃO Nº 21.538/03-TSE)	1003
3.4. Receitas partidárias permitidas e vedadas	892	ANEXO V	
3.5. Despesas partidárias	894	CALENDÁRIO ELEITORAL (ELEIÇÕES 2020)	1025
3.6. Obrigações partidárias	895	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1047
3.7. Procedimento do exame das contas partidárias pela Justiça Eleitoral (fases postulatória e instrutória, quando houver ou não movimentação financeira de recursos)	896		
3.8. Julgamento das contas partidárias pela Justiça Eleitoral e sanções em caso de desaprovação (FASE DECISÓRIA)	900		
3.9. Recursos e regularização	902		